

Marrakesh, Marrocos, 10 de novembro de 2016

Ao Ilmo. Diretor de Redação da Revista Globo Rural  
Sr. Bruno Blecher

Ilmo. Senhor editor,

A reportagem “Embrapa contesta dados sobre emissão de gases na pecuária” (*Globo Rural*, publicada em 08 de novembro de 2016) contém erros factuais e análises equivocadas sobre o SEEG, o Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima (OC), e as emissões da agropecuária brasileira. Em consideração ao leitor e ao estreito laço de cooperação estabelecido pela equipe do SEEG/OC com diferentes pesquisadores da Embrapa, o Observatório do Clima esclarece:

1. As estimativas de emissão e remoção de gases de efeito estufa publicadas por nós, através do SEEG, seguem a metodologia dos Inventários Nacionais de Emissões e Remoções Antropogênicas de Gases de Efeito Estufa, publicados pelo governo brasileiro. No caso da agropecuária, a metodologia e os cálculos do inventário foram produzidos pela própria Embrapa. As emissões diretas do setor agropecuário em 2010 (ano mais recente contemplado pelos dados oficiais publicados em 2016 no Terceiro Inventário Nacional) calculadas pela EMBRAPA foram de 407,1 mi tCO<sub>2</sub>e. Para o mesmo ano, **a estimativa do SEEG foi de 406,5 mi tCO<sub>2</sub>e, uma diferença de apenas 0,15% - menor, inclusive, que a calculada pela Embrapa.**
2. Segundo a reportagem, o chefe da Embrapa Gado de Corte, Cleber Soares, teria afirmado que os dados do SEEG *“consideram apenas a emissão de gases por parte da pecuária. Não levam em conta a mitigação de gases pela incorporação e estoque de carbono no solo em pastagens bem manejadas, a eficiência de raças precoces, que reduzem a permanência do gado no pasto”*. Ocorre que a própria metodologia dos Inventários Brasileiros de Emissões não considera as variações de carbono no solo originadas em práticas agrícolas. Esses dados, portanto, **não são contemplados em nenhuma dos inventários ou estimativas oficiais**. Por consequência, também não constavam nos dados do SEEG **até 2015**.

3. Desde 2014 a equipe do SEEG vem advogando a necessidade de incorporar os dados de carbono do solo ao inventário, inclusive porque, sem eles, será impossível verificar o cumprimento das metas de redução de emissões da agropecuária decorrentes dos compromissos climáticos assumidos pelo Brasil em 2009 (Plano ABC e Política Nacional sobre Mudanças do Clima) e 2015 (NDC).
4. Em outubro de 2016, o SEEG apresentou, pela primeira vez, uma estimativa de variação de carbono em solos agrícolas (para o ano de 2015) considerando: emissões por pastos degradados e plantio convencional e remoções por plantio direto, pastos bem manejados, iLPF e florestas plantadas. Como não fazem parte da metodologia oficial, eles foram publicados em separado das estimativas gerais identificados como Emissões e Remoções NCI (Não Contempladas pelo Inventário). Este tipo de dado nunca foi publicado pelos inventários oficiais. As emissões NCI foram estimadas em 225 Mi tCO<sub>2</sub>e e remoções NCI em 194 Mi tCO<sub>2</sub>e. **Não é verdade, portanto, que o SEEG não leva em conta a mitigação pelo carbono do solo.** Ou seja considerando as variações de estoque de carbono em solos agrícolas, as emissões seriam ainda maiores, isso porque, a área de pastos degradados (que emitem) é ainda superior aos pastos bem manejados (que removem).
5. O SEEG, além de calcular as emissões diretas de cada setor, publica também o total de emissões atribuíveis aos diferentes setores da economia. Quando se aloca as emissões diretas, a parcela do setor de energia relacionada a agropecuária, mais as emissões por efluentes da agroindústria e a parcela das mudanças de uso do solo provocadas principalmente pela pecuária, o setor agropecuário respondeu por 69% das emissões brutas de gases efeito estufa no Brasil em 2015. Nos anos 90 este percentual chegou a superar 85% do total.
6. Mais adiante, Soares teria afirmado, ainda segundo a reportagem, que a pecuária teria evoluído a ponto de ser a cultura que mais contribui com o efeito poupa-terra: *“São 600 milhões de hectares nos últimos 40 anos. Os sistemas de produção eficientes têm contribuído para mitigar e promover o crédito de carbono.”* O número não possui qualquer racionalidade técnica ou justificativa. A área total do Brasil é de 850 milhões de hectares, e a área de pastos no país é estimada em 175 milhões de hectares (LAPIG/UFG) para um rebanho de 215 milhões de cabeça de gado. Ou seja, na média, o país comporta apenas 1,2 animal por hectare.
7. Sobre a afirmação, também atribuída a Soares, de que *“a produtividade da pecuária cresceu sem abertura de novas áreas”*, os números oficiais publicados no Inventário Brasileiro de Emissões e no TerraClass, parceria entre o Inpe e a



Embrapa, mostram o contrário. A maioria do desmatamento no Brasil, em especial na Amazônia está vinculada à atividade pecuária.

O Observatório do Clima entende que, a despeito de ser responsável pela maior parte das emissões de gases de efeito estufa no Brasil, o setor agropecuário representa uma enorme oportunidade para redução das emissões. O OC acredita que as emissões oriundas do uso da terra podem ser negativas até 2030. No entanto, para isso é fundamental zerar o desmatamento, restaurar e reflorestar áreas de preservação permanente (APPs) e reservas legais, recuperar e manejar bem todos os pastos do Brasil e dedicar às práticas da agricultura de baixo carbono todo o crédito do Plano Safra.

Ao publicar de forma transparente, detalhada e atualizada os dados de emissões do Brasil, o OC procura apontar onde estão as oportunidades para a economia de baixo carbono no país.

Cordialmente,

Tasso Azevedo – Coordenador do SEEG/OC

André Ferretti – Coordenador-geral do Observatório do Clima

Carlos Rittl – Secretário-executivo do Observatório do Clima